



CLAUDIO GATTI

# “QUERO A POLÍCIA FORTE”

Com a Bahia no topo dos rankings de homicídio e letalidade das forças de segurança, governador do PT diz que o Estado precisa ser firme contra facções e que combate ao crime não tem ideologia

**ISABELLA ALONSO PANHO E PEDRO JORDÃO**

**PROFESSOR** e engenheiro agrônomo, Jerônimo Rodrigues nunca tinha disputado uma eleição até 2022, quando, contrariando todas as pesquisas, derrotou o ex-prefeito de Salvador ACM Neto e conquistou o quinto mandato consecutivo para o PT à frente do governo da Bahia, a mais longa hegemonia partidária vigente no país. Ex-secretário de Jaques Wagner e Rui Costa, que o antecederam no governo, ele vai tentar outro mandato em outubro, embora de novo as sondagens o apontem em desvantagem. Um dos motivos é a grave crise de segurança pública no estado, palco de 3 371 homicídios entre janeiro e novembro de 2025, número superior aos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que são mais populosos. Isso ocorre mesmo com a sua polícia sendo a mais mortífera do Brasil, com uma taxa de letalidade que é o triplo da média nacional. A VEJA ele repudia a ideia de Estado matador, diz que investe na qualificação de policiais, em câmeras corporais e em inteligência. “Eu trabalho sempre para que o Estado seja forte, para que a polícia seja forte e a intensidade da ação policial seja de investigar, prender e entregar à Justiça”, diz.

**Em números absolutos, a Bahia tem mais assassinatos que São Paulo e Rio de Janeiro. O que está havendo?** A segurança pública requer responsabilidade dos estados, mas é preciso a mão organizadora da União. Por mais que cada estado faça sua parte, é preciso que o governo fede-

ral proteja as fronteiras, por exemplo. A Bahia não tem indústria de armas e, a cada operação, temos grandes quantidades de fuzis apreendidos. A Bahia não tem laboratórios de produção de drogas, mas constantemente encontramos volumes de entorpecente muito grandes.

**Mas o que o senhor tem feito para enfrentar o problema?** Investimos na contratação de policiais, na compra de viaturas, câmeras e equipamentos de inteligência e na construção de delegacias e de pelotões. A outra frente é a área social, com escolas de tempo integral e serviços públicos de saúde e de assistência social nas comunidades violentas, sempre dosando isso com a atuação da polícia de braço forte, com o enfrentamento das facções.

**“Eu não gosto de usar dinheiro para comprar armas em vez de fazer mais teatros, escolas e creches.**

**Mas o crime organizado tem armamentos potentes. O estado também precisa ter para enfrentá-lo”**

**Em 2025 a Bahia registrou 1490 mortes por policiais, mais do que a soma de São Paulo e Rio (1428). Qual é a mensagem que isso passa, já que o estado é governado pelo PT, que defende os direitos humanos?** Eu tenho a tese de que bandido bom é bandido preso e entregue à Justiça, para que ele possa ser julgado e, uma vez condenado, pague a pena e viva em um ambiente de ressocialização. A mensagem que meu governo pode dar é a de que estamos investindo para melhorar esses indicadores. O Estado não pode ser um Estado matador, nem se comparar à prática do crime organizado. Nosso conceito de Estado é o de protetor da sociedade. Temos que fazer uma ação intensiva para que o crime organizado não tenha trégua. E trabalhar forte para promover uma correição nas polícias, fortalecendo as corregedorias e as ouvidorias.

**Como mudar a forma de atuação policial?** Fizemos há alguns meses o lançamento do Bahia pela Paz, um programa para a formação diferenciada de policiais, que envolve Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos de direitos humanos, universidades e estudiosos. Outra medida é a ampliação do uso de câmeras nas fardas para proteger o profissional da segurança pública e a comunidade. O agente é um servidor público, tem a obrigação de prestar contas dos seus atos à sociedade. Há, enfim, a constru-



ção de uma cultura para que as polícias militar e civil tenham responsabilidades adequadas para reduzir — não digo zerar — a taxa de letalidade.

**A direita tem um discurso na segurança com forte aceitação do eleitorado. A esquerda deveria mudar a forma de falar sobre o assunto?** Tenho construído um conceito de segurança pública em que o Estado tem que ser forte, com uma polícia forte e intensa, que realiza operações, que usa a investigação e a inteligência. Eu, naturalmente, não gosto de usar dinheiro para comprar armas em vez de fazer mais teatros, escolas e creches. Mas o crime organizado tem armamentos potentes. O estado também precisa ter para enfrentá-lo. Isso não cria no governador, no campo da esquerda, qualquer tipo de preconceito.

**O senhor teme que a Bahia e o Ceará, os maiores estados governados pela esquerda e que enfrentam crises na segurança, sejam explorados pela oposição na campanha?** Temos feito o investimento necessário para fazermos o contraponto nesse debate. O tema não é da esquerda ou da direita. Eu não vejo assim. A segurança pública é uma questão que tem que ser apropriada por todos, independentemente de ideologia. O que está imposto é a necessidade de dar paz para as pessoas, de criar ambientes seguros.

**O senhor tem conversado com o presidente Lula sobre a segurança na Bahia?** Desde o início do meu governo, converso tanto com o presidente quanto com ministros da Justiça. Na primeira reunião dos governadores com Lula, um dos temas centrais foi a preocupação dele — e nossa — com a criminalidade. De lá para cá, houve a construção de uma PEC, de leis, de investimentos e de orçamento para isso. Na PEC da Segurança, eu defendo que haja autonomia das polícias, financiamento pelo governo federal e padronização das informações enviadas pelos estados.

**O PT está na sua quinta gestão à frente da Bahia. Qual é o balanço que o senhor faz desse período?** Tivemos dois mandatos de Jaques Wagner, dois de Rui Costa e esse primeiro meu. Sempre faço a comparação com o movimento carlista (*corrente liderada por Antonio Carlos Magalhães, que dominou a política baiana antes do PT*), em que tínhamos apenas uma pessoa no comando. Nossos governos, embora com os mesmos princípios, tiveram formas diferentes de administrar. Jaques abriu a frente das relações democráticas, deu oportunidade à população de acessar políticas de inclusão e fortaleceu a participação social. Nos oito anos de Rui, houve aceleração em ações de infraestrutura, tanto é que ele levou o apelido de “correria”. Uma das marcas de meu governo é aproximar os serviços públicos do povo. Hoje todo o es-

tado tem hospital de alta complexidade, para tratamento de câncer e problemas de coração. Já são quase 700 escolas oferecendo educação em tempo integral.

**Depois de quase vinte anos de PT, 46% dos baianos ainda vivem abaixo da linha de pobreza, segundo o IBGE. O partido não precisa fazer uma autocrítica a respeito disso?** Temos um estado com quase 80% de semiárido, onde não foram feitos os investimentos federais adequados para superar a condição de subdesenvolvimento. Prova disso são os anos sob o bolsonarismo, que cortou qualquer tipo de investimento. Vínhamos em uma agenda muito positiva, com Lula e Dilma, que depois se estancou. Agora, reiniciamos ações na assistência social, na educa-

**“Não existe eleição fácil. Nós vamos depender muito do cenário nacional, e a avaliação de Lula tem melhorado na Bahia. Respeito as pesquisas, mas nas cinco eleições não ganhávamos em nenhuma delas”**

ção, na saúde, na Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Retomamos os leilões para os linhões de energia e para uma indústria naval que estava paralisada havia cinco anos. Somos o estado que mais investe no Brasil, mas temos apenas a 16ª receita. O equilíbrio entre investimentos da União e do estado é que nos possibilitará superar a pobreza. Nós temos essa missão.

**As recentes pesquisas eleitorais mostram o senhor atrás de seu principal adversário, ACM Neto. Qual sua avaliação sobre esses dados?** Não existe eleição fácil. Nós vamos depender muito do cenário nacional, e a avaliação de Lula tem melhorado na Bahia. Respeito todas as pesquisas, mas nos dois mandatos de Wagner, nos dois de Rui e no meu, em cinco eleições consecutivas, não ganhávamos em nenhuma delas, segundo as sondagens. O que nos interessa agora é trabalhar muito e continuar com as nossas agendas no interior. Temos 417 municípios, já percorri 370. E não foi para passear. Foi para fazer entregas de saúde, de educação, de estradas, de água, de segurança pública, fazer compromissos de novos investimentos, entender a relação de confiança que temos com os prefeitos.

**Se houver algum risco de derrota, o senhor cogitaria ceder a cabeça da chapa para Rui Costa?** Isso não é cogitado. A postura do ministro está muito clara. Ele se colocou à disposição para tentar uma vaga no Senado.

**O PT tem uma aliança local histórica com o PSD, mas ela não estaria ameaçada, com Jaques Wagner e Rui Costa querendo as duas vagas ao Senado?** Temos um projeto engatilhado para a reeleição de Lula e precisamos nos organizar na Bahia. O PSD é aliado de primeira hora. Estamos construindo o ambiente para uma chapa competitiva e haveremos de encontrar uma saída. O princípio é ter uma chapa que não desorganize a nossa coligação. O fato de termos dois, três, quatro nomes para o Senado não significa que não chegaremos a um consenso.

**Na última eleição, a esquerda não venceu em Pernambuco e Sergipe. A hegemonia no Nordeste corre risco?**

A região escolheu estar com Lula e o fez por conta da consonância de projetos. Lula é um brasileiro de origem nordestina e conhece muito bem o potencial que temos. Não somos apenas nove estados com sol, cultura e lazer. Temos uma economia muito potente, minérios, energias renováveis. Cada estado tem autonomia política, mas temos clareza do diferencial entre os dois projetos colocados como protagonistas: o de Lula, que é o nosso, e o da oposição, que não gosta do Nordeste e não respeita os nordestinos.

**Pode ser que 2026 repita a polarização de 2022, principalmente com Flávio Bolsonaro na disputa. Como isso impactaria as campanhas estaduais?** A polarização na

---

política não é ruim. É da democracia, fortalece posições divergentes. O que não pode é extrapolar. Em 2022, o grupo que perdeu as eleições, ao invés de fazer oposição de forma adequada, resolveu incentivar um processo de destruição. Vamos trabalhar para que nossas divergências políticas ajudem a criar saídas inteligentes e civilizadas.

### **Quais devem ser os principais temas eleitorais de 2026?**

Lula irá tratar da segurança pública junto com os governadores, mas de forma muito responsável. Também tem a questão de fortalecer a oferta de empregos para combater a pobreza. Tiramos o Brasil do Mapa da Fome, mas ainda há pessoas que precisam do olhar do governo. Lula também tem levantado a imagem do Brasil fortalecido. Isso é importante para atrair investimentos. ■